

Multiner S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015			31/03/2016	31/12/2015 Ajustado	31/03/2016	31/12/2015 Ajustado
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.543	7	1.909	35	Empréstimos e Financiamentos	15	5.812	5.522	190.648	168.609
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	670	1	672	Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória		11.623	11.043	78.100	74.041
Contas a receber	8	-	-	150.462	145.964	Fornecedores	16	1.194	1.152	167.944	168.182
Adiantamentos a fornecedores	9	1.071	1.129	1.721	1.322	Salários e encargos sociais		552	562	740	710
Pagamentos antecipados		181	123	489	572	Obrigações fiscais	17	2.495	1.114	17.559	13.125
Cu Impostos a recuperar	10	-	-	5.744	10.939	Débitos com partes relacionadas	18	-	-	10	10
Arrendamento financeiro a receber	29	-	-	14.916	14.586	Outros		-	10	1.001	968
Bens disponíveis para a venda		-	-	147	147						
Outros créditos		43	1	597	488			21.676	19.403	456.002	425.645
		<u>2.838</u>	<u>1.930</u>	<u>175.986</u>	<u>174.725</u>						
Não circulante						Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	9	122	122	761	761	Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	270.667	261.320
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	7.865	7.212	7.026	7.026	Obrigações fiscais	17	92	99	5.038	7.165
Creditos com partes relacionadas	18	483.402	546.240	465.478	459.651	Provisão para passivo a descoberto	11	318.972	271.474	63.229	47.561
Impostos diferidos	10	-	-	18.202	17.960	Fornecedores	16	-	-	3.374	3.374
Impostos e Contribuições a Recuperar	10	1.933	2.134	50.271	43.759	Impostos diferidos	10	-	-	37.868	38.910
Arrendamento financeiro a receber	29	-	-	183.240	186.392	Provisão para contingências	19	1.157	1.157	43.069	45.034
Depósitos vinculados		181	212	256	286	Contas a Pagar		3	4	4	4
		<u>493.503</u>	<u>555.920</u>	<u>725.234</u>	<u>715.835</u>	Débitos com partes relacionadas	18	192	68.665	-	-
						Outros		-	-	4.845	4.656
								<u>320.416</u>	<u>341.399</u>	<u>428.094</u>	<u>408.024</u>
Investimentos	11	93.838	93.869	-	-	Patrimônio líquido					
Propriedades para investimento	12	5.298	5.298	5.298	5.298	Capital social	20	1.321.629	855.828	1.321.629	855.828
Imobilizado	13	147	154	27.971	27.978	Reservas de capital		78.115	543.916	78.115	543.916
Intangível	14	261	264	203.391	206.460	Prejuízos acumulados		(1.145.951)	(1.103.111)	(1.145.951)	(1.103.111)
		<u>593.047</u>	<u>655.505</u>	<u>961.894</u>	<u>955.571</u>	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>253.793</u>	<u>296.633</u>	<u>253.793</u>	<u>296.633</u>
						Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>(6)</u>
								<u>253.793</u>	<u>296.633</u>	<u>253.784</u>	<u>296.627</u>
Total do Ativo		<u>595.885</u>	<u>657.435</u>	<u>1.137.880</u>	<u>1.130.296</u>	Total do Passivo e Patrimonio Líquido		<u>595.885</u>	<u>657.435</u>	<u>1.137.880</u>	<u>1.130.296</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
Receita líquida de vendas	21	-	-	10.679	12.199
Custo de produção	23	-	-	(7.551)	(4.159)
Lucro Bruto		-	-	3.128	8.040
Despesas Gerais e Administrativas	22	(2.732)	(1.793)	(7.847)	(6.792)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	24	(444)	(1.131)	1.715	(816)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(3.176)	(2.924)	(3.004)	432
Receitas Financeiras	26	12.563	14.879	20.545	24.103
Despesas Financeiras	26	(3.647)	(3.587)	(44.525)	(28.946)
Financeiras líquidas	26	8.916	11.292	(23.980)	(4.843)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		(47.105)	(21.960)	(15.668)	(10.302)
Resultado antes dos impostos		(41.365)	(13.592)	(42.652)	(14.713)
Imposto de Renda e CSLL Correntes		(1.475)	-	(1.475)	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		-	-	1.284	1.120
Prejuízo do exercício		(42.840)	(13.592)	(42.843)	(13.593)
Prejuízo atribuível aos :					
Acionistas controladores	28	(42.840)	(13.592)	(42.840)	(13.592)
Acionistas não controladores		-	-	(3)	(1)
Prejuízo do exercício		(42.840)	(13.592)	(42.843)	(13.593)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)				20.280	7.601
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$				(2)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas				
Receita de vendas	-	-	20.931	22.947
Valor adicionado recebido em transferência				
Cu Receitas financeiras	12.563	14.879	20.545	24.103
Resultado de equivalência patrimonial	(47.105)	(21.960)	(15.668)	(10.302)
Insumos adquiridos de terceiros				
Matéria prima e insumos	-	-	(7.551)	(4.159)
Serviços de terceiros e outros	(2.196)	(2.191)	(989)	(2.753)
Retenções				
Depreciação e amortização	(10)	(38)	(3.077)	(3.105)
Valor adicionado a distribuir	<u>(36.748)</u>	<u>(9.310)</u>	<u>14.191</u>	<u>26.731</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e encargos sociais	-	-	655	704
Remuneração direta	-	-	471	508
Benefícios	-	-	147	156
FGTS	-	-	37	40
Honorários dos administradores	328	480	328	486
Remuneração direta	328	480	328	486
	<u>328</u>	<u>480</u>	<u>983</u>	<u>1.190</u>
Tributos				
Federais	2.018	109	3.387	2.122
Estaduais	91	84	8.131	8.043
Municipais	8	22	8	23
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações monetárias	3.647	3.587	44.525	28.946
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(42.840)	(13.592)	(42.840)	(13.592)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(3)	(1)
Valor adicionado distribuído	<u>(36.748)</u>	<u>(9.310)</u>	<u>14.191</u>	<u>26.731</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/03/16	01/01 a 31/03/15	01/01 a 31/03/16	01/01 a 31/03/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(42.840)	(13.592)	(42.840)	(13.592)
Ajustes para:				
Depreciação	7	31	7	31
Custo Amortização	3	7	3.069	3.074
Ativo permanente baixado	-	-	-	-
Amortização de custos de captação	-	-	-	-
Encargos de financiamentos	870	585	41.441	20.496
Resultado de equivalência patrimonial	47.105	21.960	15.668	10.302
Baixa de Intangível	-	-	-	-
Baixas de investimentos	412	401	-	-
Provisão/Reversão para Contingências	-	272	(1.965)	2.458
Reversão de Bônus	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social	1.475	-	1.475	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.284)	(1.127)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(3)	(1)
	<u>7.032</u>	<u>9.664</u>	<u>15.568</u>	<u>21.641</u>
Aumento (redução) nos ativos/passivos				
De contas a receber e outras contas a receber	-	-	(4.498)	458
De adiantamentos a fornecedores	58	(92)	(399)	(110)
De partes relacionadas	(5.635)	(4.677)	(5.827)	(4.870)
De impostos a recuperar	201	(2.154)	(1.317)	(3.135)
De pagamentos antecipados	(58)	(88)	83	-
De adiantamento para futuro aumento de capital	(653)	(918)	-	-
De arrendamento financeiro a receber	-	-	2.822	350
De depósitos vinculados	31	-	30	-
De outros créditos	(42)	(9)	(109)	(2)
De obrigações fiscais	(101)	737	832	(1.955)
De fornecedores	42	183	(238)	1.187
Do contas a pagar e outros	1	1	-	1
De outros passivos	(10)	-	224	188
De salários e outros encargos	-	85	30	109
	<u>866</u>	<u>2.732</u>	<u>7.201</u>	<u>13.862</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras vinculadas	670	1.195	671	1.196
Imobilizado - aquisição	-	-	-	-
No intangível - aquisição	-	-	-	(2)
	<u>670</u>	<u>1.195</u>	<u>671</u>	<u>1.194</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento				
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital	-	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(3.237)	(6.799)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.761)	(5.332)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.998)</u>	<u>(12.131)</u>
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento				
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.536	3.927	1.874	2.925
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>7</u>	<u>142.025</u>	<u>35</u>	<u>143.041</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	<u>1.543</u>	<u>145.952</u>	<u>1.909</u>	<u>145.966</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Controladora

Período findo em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Total das Reservas	
			Ajustado		
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	855.811	465.801	78.115	(1.014.049)	385.678
Aumento de capital através de integralização de ações	17				17
Prejuízo do exercício				(87.037)	(87.037)
Ajuste de resultado de exercícios anteriores - NE 4.1.23				(2.025)	(2.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (ajustado)	855.828	465.801	78.115	(1.103.111)	296.633
Aumento de Capital	465.801	(465.801)			-
Prejuízo do exercício				(42.840)	(42.840)
Saldos em 31 de março de 2016	1.321.629	-	78.115	(1.145.951)	253.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Período findo em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>			Ajustado		Participação de acionistas não controladores	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Ágio na emissão de ações</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	855.811	465.801	78.115	(1.014.049)	385.678	(2)	385.676
Aumento de capital através de integralização de ações	17				17		17
Prejuízo do exercício				(87.037)	(87.037)	(4)	(87.041)
Ajuste de resultado de exercícios anteriores - NE 4.1.23				(2.025)	(2.025)		(2.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 Ajustado	855.828	465.801	78.115	(1.103.111)	296.633	(6)	296.627
Aumento de Capital	465.801	(465.801)			-		-
Prejuízo do exercício				(42.840)	(42.840)	(3)	(42.843)
Saldos em 31 de março de 2016	1.321.629	-	78.115	(1.145.951)	253.793	(9)	253.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2015 à 31/03/2016	01/01/2014 à 31/03/2015
Lucro Líquido do Exercício	(42.840)	(13.592)	(42.843)	(13.593)
Outros componentes do resultado abrangentes:				
Custo de produção	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(42.840)	(13.592)	(42.843)	(13.593)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(42.840)	(13.592)	(42.840)	(13.592)
Acionistas não controladores	-	-	(3)	(1)
Resultado abrangente total	(42.840)	(13.592)	(42.843)	(13.593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais
(ITRs) Trimestre findo em 31
de março de 2016

CONTEÚDO

Página

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	2
2.	SOCIEDADES DA COMPANHIA	2
3.	BASE DE PREPARAÇÃO	4
4.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	5
5.	DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	16
6.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
7.	APLICAÇÕES VINCULADAS	17
8.	CONTAS A RECEBER	18
9.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	19
10.	IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS	19
11.	INVESTIMENTOS	21
12.	PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	24
13.	IMOBILIZADO	25
14.	INTANGÍVEL	26
15.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	28
16.	FORNECEDORES	32
17.	OBRIGAÇÕES FISCAIS	32
18.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
19.	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	35
20.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
21.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	42
22.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	43
23.	CUSTO DE PRODUÇÃO	43
24.	OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	44
25.	DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS	44
26.	RESULTADO FINANCEIRO	45
27.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO	46
28.	RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO	53
29.	ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER	54

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Bolognesi Energia S.A. (34% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, e Brasilterm Energia S.A. (18% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, empresas do Grupo Bolognesi*. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), administrado e gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48% das ações ON).

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

()O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Desse total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas. Porém, se considerarmos ainda os projetos do Grupo em desenvolvimento, a capacidade total instalada do portfólio atinge 3,4 GW. Em março de 2012, o Grupo Bolognesi adquiriu a Multiner S.A mediante contrato de reorganização financeira. O fechamento do devido contrato ocorreu em julho de 2014 e levou a criação da MESA S.A, cujo o objetivo social é a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Os parques eólicos estão em operação desde 2010 e 2011, respectivamente. A sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras para a venda de energia pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui os 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes informações trimestrais incluem:

As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as informações contábeis intermediárias individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido da investida New Energy, que reflete na Companhia por meio de equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 651/10. As bases e os principais procedimentos de consolidação estão na nota explicativa 4.1

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de maio de 2016, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 12 - Propriedade para investimento

Nota 29 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 8 - Contas a receber

Nota 10 - Impostos a recuperar e diferido

Nota 11 - Investimentos

Nota 14 - Intangível

Nota 19 - Contingências.

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, publicadas na CVM em 31 de março de 2016.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	31/03/2016	31/12/2015
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no trimestre findo em 31 de março de 2016 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.3. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.4. Controladas e controladas em conjunto

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.5. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.6. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.6.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.6.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.7. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.8. Imobilizado

4.1.8.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

4.1.8.2. Reclassificação para propriedade para investimentos

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.8.2.1. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.8.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

4.1.9. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 14.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 14.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

4.1.9.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.9.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.9.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

4.1.10. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 12.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

4.1.11. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas N° 3a , nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.12. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa n° 29.

4.1.13. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.13.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.13.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil, indefinidos ou ativos intangíveis, em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.14. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

4.1.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 21, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadrem como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.17. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

4.1.19. Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

4.1.20. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.21. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, está sendo apresentada, porém não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para o período findo em 31 de março de 2016 e 2015.

4.1.22. Novas normas e interpretações

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.
- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes – O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 11 Negócios em Conjunto – A Companhia participante de um joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a cominação de negócio, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- Alteração no IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização – Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – A revisão cria a possibilidade de adoção do método de equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

- Alteração IFRS 10, IFRS 12, IAS 28 Entidade de investimento – Exceções a regra de consolidação – Dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a Companhia que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investimentos, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração do IAS 1 – Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 7 Contratos de serviços – Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A Confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atendem as definições descritas na norma, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

4.1.23 Ajustes de Exercícios Anteriores

A Companhia ajustou o Patrimônio Líquido de 2015, em consequência de um ajuste feito na Controlada New Energy, Esse ajuste, que foi correspondido por equivalência patrimonial na controladora tem valor de R\$ 2.025.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos intangíveis

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

c. Contas a receber de arrendamento financeiro

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº 29.

d. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa	3	3	3	3
Bancos conta movimento	1.540	4	1.905	31
Aplicações Financeiras	-	-	1	1
	<u>1.543</u>	<u>7</u>	<u>1.909</u>	<u>35</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Taxa	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Itaú - Aplic. Automáticas	-	-	1	1
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27.

7 Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Título de Renda Fixa 80% CDI	-	670	-	670
Itaú Cash DI	-	-	1	2
	<u>-</u>	<u>670</u>	<u>1</u>	<u>672</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	29.127	22.675
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	121.335	123.289
	<u>150.462</u>	<u>145.964</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- 1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:

i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016, no valor de R\$ 22.722

ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016, no valor de R\$ 6.405.

- 2) Valores a receber de R\$ 121.335 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 27.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

9 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
International Chamber	569	625	569	625
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Wartsila Switzerland	-	-	638	180
Outros	71	73	200	203
Total	1.193	1.251	2.482	2.083
Circulante	1.071	1.129	1.721	1.322
Não Circulante	122	122	761	761

10 Impostos a recuperar e diferidos

10.1 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	307	306	48.187	41.309
COFINS	1.106	1.281	4.057	4.504
PIS	250	278	891	978
Imposto de renda sobre serviços	-	-	943	5.225
Contribuição social sobre serviços	-	-	231	1.280
ICMS	-	-	950	1.025
Outros	270	269	756	377
Total	1.933	2.134	56.015	54.698
Circulante	-	-	5.744	10.939
Não Circulante	1.933	2.134	50.271	43.759

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

10.2 Impostos diferidos - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante o exercício apresentados:

Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos

	Saldo em 31/12/2015	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 31/03/2016	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	2.038	1.061	3.099	1.061
2007 Participações S.A	15.922	(819)	15.103	(819)
Total	<u>17.960</u>	<u>242</u>	<u>18.202</u>	<u>242</u>

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2015	Imposto diferido sobre diferenças temporárias	Saldo final 31/03/2016	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	<u>(38.910)</u>	<u>1.042</u>	<u>(37.868)</u>	<u>1.042</u>
Total	(38.910)	1.042	(37.868)	1.042

Os saldos constantes na linha de Impostos diferidos ativos e passivos é basicamente representado pelo ajuste do valor justo na controlada Rio Amazonas Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

11 Investimentos

11.1 Composição de saldo

	Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015
Termelétrica Monte Pascoal S.A	2.097	2.114
Termelétrica Termopower V S.A.	9	16
Termelétrica Termopower VI S.A.	17	24
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	93.838	93.869

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A. no valor de R\$76.212 e o ágio apurado na aquisição da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. no valor de R\$15.503, conforme nota explicativa nº 14.

11.2 Composição do Investimento

	Saldo em 31/12/2015	Resultado de equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2016
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	2.114	(17)	2.097
Termelétrica Termopower V S.A	16	(7)	9
Termelétrica Termopower VI S.A	24	(7)	17
	2.154	(31)	2.123

11.3 Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do exercício, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Controladora

	PL negativo em 31/12/15 Ajustado	Resultado de Equivalência Patrimonial	Resultado de Equivalência Patrimonial no PL	Baixa de Investimentos	PL negativo em 31/03/16
2007 Participações S.A.	(191.171)	(33.194)	(11)	(413)	(224.789)
New Energy Options Geração de Energia S.A.	(45.742)	(15.668)	-	-	(61.410)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.819)	-	-	-	(1.819)
Termelétrica Itapebi S.A.	(32.137)	1.795	-	-	(30.342)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(605)	(7)	-	-	(612)
Total	(271.474)	(47.074)	(11)	(413)	(318.972)

Consolidado

	PL negativo em 31/12/15 Ajustado	Resultado de Equivalência Patrimonial	Resultado de Equivalência Patrimonial no PL	PL negativo em 31/03/16
New Energy Options Geração de Energia S.A.	(45.742)	(15.668)	-	(61.410)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.819)	-	-	(1.819)
Total	(47.561)	(15.668)	-	(63.229)

11.4 Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/03/2016	Saldo em 31/12/2015
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	15.503	15.503
	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

11.5 Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

	Part.	Qde de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2015												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	169.853	431.460	601.313	409.211	338.272	792.483	(191.170)	91.827	(132.049)	(40.222)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	153.789	872.103	1.025.892	270.882	809.656	1.080.538	(54.646)	168.902	(241.969)	(73.067)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	577	23.264	23.841	10.312	45.667	55.979	(32.138)	1.557	(16.364)	(14.807)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	167	5.076	5.243	1.418	1.711	3.129	2.114	4	(79)	(75)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.669	10.669	721	12.509	13.230	(2.561)	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	0	5	5	610	0	610	(605)	4	(39)	(35)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	32	0	32	6	9	15	17	8	(1)	7
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	30	0	30	7	0	7	23	28	(5)	23
31/03/2016												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	170.481	363.510	533.991	437.467	321.323	758.790	(224.799)	21.877	(55.493)	(33.616)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	149.284	869.688	1.018.972	290.212	805.522	1.095.734	(76.762)	43.796	(63.381)	(19.585)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	517	23.265	23.782	9.775	44.350	54.125	(30.343)	2.677	(883)	1.794
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	156	5.075	5.231	1.422	1.712	3.134	2.097	-	(17)	(17)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.669	10.669	721	12.509	13.230	(2.561)	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	0	5	5	615	1	616	(611)	-	(7)	(7)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	33	0	33	13	11	24	9	1	(8)	(7)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	31	0	31	13	1	14	17	-	(7)	(7)

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

11.6 Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A., dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte de R\$ 1.068 restantes na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

A Multiner concedeu mandato de representação para a Estelar Engenheiros Associados Ltda., com a finalidade de promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A.

12 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda está avaliando a sua melhor utilização.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

13 Imobilizado

	Controladora						Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação		
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	526	20	129	28	307		1.010
Adições	101	-	-	-	-		
Baixas	-	-	-	-	-		
Saldo em 31 de março de 2016	526	20	129	28	307		1.010
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(526)	(13)	(73)	(20)	(224)		(856)
Adições	-	-	(2)	(1)	(4)		(7)
Baixas	-	-	-	-	-		
Saldo em 31 de março de 2016	(526)	(13)	(75)	(21)	(228)		(863)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2015	-	7	56	8	83		154
Em 31 de março de 2016	-	7	54	7	79		147

	Consolidado								Total
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67	526	20	140	28	311	76.136	(48.387)	28.841
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2016	67	526	20	140	28	311	76.136	(48.387)	28.841
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(526)	(13)	(77)	(20)	(227)	-	-	(863)
Adições	-	-	-	(2)	(1)	(4)	-	-	(7)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2016	-	(526)	(13)	(79)	(21)	(231)	-	-	(870)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	67	-	7	63	8	84	76.136	(48.387)	27.978
Em 31 de março de 2016	67	-	7	61	7	80	76.136	(48.387)	27.971

Em 31 de março de 2016 a administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

14 Intangível

a. Composição do saldo

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	111.376	114.442
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	7	10	12	15
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>261</u>	<u>264</u>	<u>203.391</u>	<u>206.460</u>

(i) Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 11 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212.

- (ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

- (iii) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Movimentação do intangível

		Custo Controladora			
Prazos de vida útil		Saldo em	Aquisições	Baixas	Saldo em
		31/12/2015			31/03/2016
Software	5 anos	97	-	-	97
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
		351	-	-	351

		Amortização Controladora			
		Saldo em	Aquisições	Baixas	Saldo em
		31/12/2015			31/03/2016
Software		(87)	(3)	-	(90)
		264	(3)	-	261

		Custo Consolidado			
Prazos de vida útil		Saldo em	Aquisições	Baixas	Saldo em
		31/12/2015			31/12/2015
Software	5 anos	176	-	-	176
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	20 anos	167.534	-	-	167.534
		259.713	-	-	259.713

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

	Amortização Consolidado			Saldo em 31/03/2016
	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	
Software	(161)	(3)	-	(164)
Contrato de compra de energia	(53.092)	(3.066)	-	(56.158)
	<u>(53.253)</u>	<u>(3.069)</u>	<u>-</u>	<u>(56.322)</u>
	<u>206.460</u>	<u>(3.069)</u>	<u>-</u>	<u>203.391</u>

15 Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Conversão Obrigatória

Conforme item (f) 2.2.2 do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A., o valor de R\$ 78.100, referem-se a obrigatoriedade da conversão de dívidas em capital, após concluída a listagem da Multiner S.A no segmento Bovespa Mais.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 27. As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	Controladora	
		31/03/2016	31/12/2015
Capital de giro (R\$)	17.50%	5.812	5.522
Capital de giro (R\$) - Conversão Obrigatória	17,50%	11.623	11.043
		<u>17.435</u>	<u>16.565</u>
Circulante		17.435	16.565

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015
Capital de giro (R\$)	17,50%	5.812	5.449
Capital de giro (R\$) – Conversão Obrigatória	17,50%	11.623	10.898
Financiamento de Investimento (R\$)	17,50%	184.836	163.160
Financiamento de Invest. (R\$) – Conversão obrigatória	17,50%	66.477	63.143
		268.748	242.650

Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015
Financiamento de Investimento (R\$)	16,51%	270.667	261.320
		270.667	261.320

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015
IGPM	17,03%	190.648	168.609
IGPM - Conversão Obrigatória	17,03%	78.100	74.041
		268.748	242.650

Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015
IGPM	16,79%	270.667	261.320
		270.667	261.320

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015
2016	17.435	16.565

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
2016	198.137	242.650
2017	85.103	17.712
2018	20.673	19.658
2019	22.326	21.230
2020	24.112	22.929
2021	26.041	24.763
2022 em diante	163.023	155.028
	539.415	503.970

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias encerraram a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A controlada Rio Amazonas S.A. tem passivo vencido de CCBs de aproximadamente R\$ 140.028, valor que não considera as CCBs de titularidade da Multiner S.A.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal e incluindo juros a vencer, na Nota Explicativa nº 27.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA tem vencimento à partir de 31 de janeiro de 2015.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembléia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social PETROS. Eletra – Fundação CELG de Seguros e Previdência, FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas o seguinte: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não haverá pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	8.669	9.089
Davis Polk & Wardwell	492	539	492	539
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.477
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	684
Machado Meyer Sendacz e Poice Advogados	283	283	283	283
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	-	127.872	130.884
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	13.281	9.675
Wartsila Finland	-	-	4.894	5.132
Wartsila Switzerland	-	-	8.024	8.426
Tokio Marine Seguradora S.A.	81	-	81	-
Outros	338	330	2.561	2.367
Total	1.194	1.152	171.318	171.556
Circulante	1.194	1.152	167.944	168.182
Não circulante	-	-	3.374	3.374

(a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) , conforme destacado na Nota Explicativa nº8.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 27.

17 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
IRPJ/CSLL	1.083	389	1.084	391
ICMS	-	-	5.197	2.884
IOF	974	340	1.002	481
Parcelamentos de ICMS(1)	-	-	14.132	15.545
Parcelamento ITR	121	128	121	128
Outros	409	356	1.061	861
Total	2.587	1.213	22.597	20.290
Circulante	2.495	1.114	17.559	13.125
Não Circulante	92	99	5.038	7.165

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

- 1) O valor de R\$ 14.132 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA que, em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas para parcelamento (saldo inicial no valor de R\$ 46.321).

18 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Administradores (pró-labore)	209	382	209	389
Conselho de Administração/Fiscal (Honorários)	185	194	185	194
Total	<u>394</u>	<u>576</u>	<u>394</u>	<u>583</u>

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Energia S.A., Brasilterm Energia S.A. e Multiner Fundo de Investimentos e Participações conforme estatuto de 18 de janeiro de 2016. Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Ativo Não Circulante:									
CCBs	CCBs	-	-	Controlada	New Energy Options S.A. (a)	69.853	69.853	69.853	69.853
CCBs	CCBs	-	-	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.(a)	17.924	86.589	-	-
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm. e Part.Ltda	49.353	48.348	49.353	48.348
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	2.421	2.421	2.421	2.421
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term Elétrica Itapebi S.A.	813	165	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term. Elétrica Monte Pascoal S.A.	1	-	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	7.026	7.026	7.026	7.026

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações S.A.	11	11	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco IV S.A.	2	-	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower V S.A.	11	10	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower VI S.A.	1	-	-	-
Valores a Receber	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm e Part Ltda	17.674	17.117	17.674	17.117
Contrato de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A (b)	206.845	200.011	206.845	200.011
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	9.604	15.800	9.604	15.800
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionadas	Central Energética Palmeiras S.A.	49.771	48.126	49.771	48.126
Contrato de Mútuo	Pagamento Despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	15.133	14.632	15.133	14.632
Contrato de Mútuo	Repasse Créditos Wartsilla	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	10.696	10.342	10.696	10.342
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A(c)	34.128	33.001	34.128	33.001
Não Circulante:						<u>491.267</u>	<u>553.452</u>	<u>472.504</u>	<u>466.677</u>
						Controladora	Consolidado		
Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Eólica Tecnologia S.A.	-	-	10	10
Circulante:						<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Passivo Não Circulante:									
Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.(d)	192	68.665	-	-
Não Circulante:						<u>192</u>	<u>68.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do Período						31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	853	635	853	635
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	407	1.075	407	1.075
Receitas Financeiras	Contrato de Mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	6	-	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	7.961	6.049	7.961	6.049

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Central Energetica Palmeira	1.644	1.247	1.644	1.247
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações LTDA	1.006	1.301	1.006	1.301
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(1555)	(1.825)	-	-
Resultado:						<u>10.322</u>	<u>8.482</u>	<u>11.871</u>	<u>10.307</u>

- (a) Refere-se a CCBs adquiridos no âmbito do Contrato de Financiamento e Reorganização da Multiner. Ao termino do cumprimento do mesmo os valores serão convertidos em capital nas controladas.
- (b) O valor de R\$ 206.845 é referente ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e a controladora Bolognesi Participações S.A. cujo valor principal é de R\$ 150.000 e juros de R\$ 56.845. Esse valor será utilizado quando da capitalização indireta de Mesa S.A, conforme cláusula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014.
- (c) Trata-se da assunção de dívida dos antigos sócios da Companhia no valor de R\$ 34.128, sendo R\$23.542 de principal e juros de R\$ 10.586.
- (d) Em 03 de Março de 2016 foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela controlada Rio Amazonas Energia S.A.- RAESA , no montante de R\$ 68.665, com os Mútuos entre a RAESA e Multiner no mesmo valor .

19 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a Medabil e a Itapebi para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1.336
Itapebi	Provisão processo Arbitragem Caterpillar AG (a)	-	-	40.539	42.504
RAESA	Contingências trabalhistas diversas (b)	-	-	37	37
Multiner	Contingências trabalhistas diversas (b)	1.157	1.157	1.157	1.157
		<u>1.157</u>	<u>1.157</u>	<u>43.069</u>	<u>45.034</u>

a) A Companhia realizou a provisão de € 10,000,000.00 em relação ao processo de Arbitragem da Caterpillar, cujo valor arbitrado foi de € 5.175.651,00 em desfavor da Companhia. Todavia, para tal saldo devedor deve ser acrescentado juros diários de € 1.276,00.

b) Valores de provisões de contingências trabalhistas referentes a processos da antiga gestão.

Risco possível

Empresa	Descrição dos processos	Controladora 31/03/2016	Consolidado 31/03/2016
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	32.938	32.938

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bicombustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.	-	21.393
Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.	-	32.000
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica	35.000	35.000

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretensão prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.

Total 67.938 232.065

Existem ainda alguns processos possíveis de perda, de natureza cível e ambiental, cujo montante é de R\$ 21.350.

20 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2016 é de R\$ 1.321.634 (R\$ 855.811 em 31 de dezembro de 2015), composto por 20.280.081 ações, sendo 8.986.334 ordinárias e 11.293.747 ações preferenciais. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição acionária era a seguinte:

31/03/2016

Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB
Bolognesi Energia S.A.	2.806.848	2.806.846	1	1	-
Brasilterm Energia S.A.	1.841.128	1.841.128			
Multiner Fundo de Invest. em Participações	15.632.105	4.338.360	-	-	11.293.745
	<u>20.280.081</u>	<u>8.986.334</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>11.293.745</u>

31/12/2015

Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB	EPA
Bolognesi Energia S.A.	2.708.535	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	<u>14.721.296</u>	<u>7.877.739</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>6.532.211</u>	<u>311.344</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condição: Valor do aumento de R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425.574,44 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam; (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações e R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Participações S.A.; (ii) alteração das características de ações preferenciais; (iii) emissão de três lotes de bônus

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

de subscrição e; (iv) outros créditos no valor de R\$ 236.663, serão capitalizados pela conversão de dívidas da Postalís e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações: (i) conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B; (ii) aumento de capital no valor de R\$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. e (iii) alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A..

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 03 de junho de 2015 ocorreram as seguintes deliberações: (i) a aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA; (ii) a conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários; e (iii) ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o item “i” acima.

Em 08 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações : (i) a conversão de 122.216 (cento e vinte e duas mil, duzentas e dezesseis) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 1.135.000 (um milhão, cento e trinta e cinco mil) Ações Preferenciais da Classe B; (ii) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias; e (iii) alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A.

Em 14 de março de 2016, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações : (i) a conversão de 311.344 (trezentas e onze mil, trezentos e quarenta e quatro) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 4.761.534 (quatro milhões, setecentas e sessenta e uma mil e quinhentas e trinta e quatro) Ações Preferenciais da Classe B; (ii) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias; e (iii) alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A. Esse capital será integralizado no segundo trimestre de 2016.

Em 03 de março de 2016, foi deliberado em Ata da Reunião do Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia no montante de R\$ 465.801 milhões, oriundo da reserva de ágio na emissão de ações.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva é referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial em função basicamente da Combinação de Negócios na aquisição da 2007 Participações S.A realizada em 2009.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

21 Receita operacional

	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	25.694	25.206
Operação e Manutenção	6.405	6.176
	<u>32.099</u>	<u>31.382</u>
Deduções:		
PIS	(397)	(518)
COFINS	(1.829)	(2.385)
ICMS	(8.025)	(7.845)
Leasing Financeiro - RAESA	(8.197)	(7.862)
Outras deduções	(2.972)	(573)
	<u>(21.420)</u>	<u>(19.183)</u>
Receita líquida de vendas	<u>10.679</u>	<u>12.199</u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$ 2.972 (R\$ 573 em 31 de março de 2015), da controlada RAESA.

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 8.197 (R\$ 7.862 em 31 de março de 2015), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 29.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a março de 2016, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

22 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	-	-	(783)	(843)
Honorários dos administradores	(394)	(576)	(394)	(583)
Tributárias	(704)	(119)	(1.017)	(324)
Depreciação/Amortização	(10)	(38)	(3.077)	(3.105)
Consultorias e assessorias em geral	(606)	(140)	(606)	(265)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(205)	(145)	(237)	(146)
Armazenagem	-	-	(512)	(528)
Consultoria jurídica	(52)	-	(182)	(108)
Seguros	(26)	(23)	(103)	(48)
Aluguel	(441)	(447)	(444)	(460)
Viagens	(43)	(120)	(69)	(133)
Outras despesas	(251)	(185)	(423)	(249)
	<u>(2.732)</u>	<u>(1.793)</u>	<u>(7.847)</u>	<u>(6.792)</u>

23 Custo de produção

	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Operação e manutenção	(4.200)	(2.593)
Óleo lubrificante	(1.126)	(634)
Material de consumo	(36)	(20)
Seguros	(63)	(64)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(755)	(832)
Mercado de energia de curto prazo	(1.360)	-
Outros custos	(11)	(16)
	<u>(7.551)</u>	<u>(4.159)</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

24 Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Provisão perda aquisição 2007 Participações S.A.	(411)	(402)	-	-
Provisão/reversão para contingências	-	(272)	-	(272)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	(216)	(205)
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(33)	(457)	(33)	(457)
Reversão de provisão	-	-	1.965	-
(-) Outras receitas/despesas	-	-	(1)	118
	<u>(444)</u>	<u>(1.131)</u>	<u>1.715</u>	<u>(816)</u>

25 Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Ordenados e Salários	(473)	(508)
Encargos Sociais	(165)	(178)
Benefícios	(145)	(157)
	<u>(783)</u>	<u>(843)</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Despesas Financeiras				
Varição monetária negativa	(388)	(238)	(19.483)	(9.247)
Despesa com juros	(571)	(347)	(22.597)	(11.626)
Despesa com multas	(38)	(35)	(205)	(49)
Varição cambial negativa	(105)	(76)	(846)	(6.512)
Despesa com mútuos	(1.555)	(1.825)	-	-
Despesa com IOF & IOC	(976)	(1.051)	(1.228)	(1.379)
Outras despesas financeiras	(14)	(15)	(166)	(133)
	<u>(3.647)</u>	<u>(3.587)</u>	<u>(44.525)</u>	<u>(28.946)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	27	4.473	27	4.587
Varição monetária positiva	1.563	1.301	1.563	1.301
Receita com mútuos	10.872	9.006	10.866	9.006
Varição cambial positiva	90	92	1.831	3.260
Atualização monetária s/créditos tributários	9	7	1.176	760
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	5.076	5.178
Outras receitas financeiras	2	-	6	11
	<u>12.563</u>	<u>14.879</u>	<u>20.545</u>	<u>24.103</u>
Resultado Financeiro	<u>8.916</u>	<u>11.292</u>	<u>(23.980)</u>	<u>(4.843)</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

	Mensuração	31/03/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	Custo amortizado	1.543	1.543	7	7
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	483.402	483.402	546.240	546.240
		<u>484.945</u>	<u>484.945</u>	<u>546.247</u>	<u>546.247</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	-	-	670	670
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>670</u>	<u>670</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 16)	Custo amortizado	1.194	1.194	1.152	1.152
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	192	192	68.665	68.665
Contas a pagar	Custo amortizado	3	3	4	4
Financiamentos (Nota 15)		5.812	5.739	5.522	5.449
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 15)	Custo	11.623	11.477	11.043	10.898

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

amortizado	<u>18.824</u>	<u>18.605</u>	<u>86.386</u>	<u>86.168</u>
------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Consolidado

	Mensuração	31/03/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	Custo amortizado	1.909	1.909	35	35
Contas a receber (Nota 8)	Custo amortizado	150.462	150.462	145.964	145.964
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	465.478	465.478	459.651	459.651
		<u>617.849</u>	<u>617.849</u>	<u>605.650</u>	<u>605.650</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	1	1	672	672
		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>672</u>	<u>672</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 16)	Custo amortizado	171.318	171.318	171.556	171.556
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	10	10	10	10
Contas a pagar Financiamentos (Nota 15)	Custo amortizado	4	4	4	4
		461.315	441.535	429.929	410.458
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 15)	Custo amortizado	78.100	75.192	74.041	69.812
		<u>710.747</u>	<u>688.059</u>	<u>675.540</u>	<u>651.840</u>

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possui liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiros mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;

Risco de crédito;

Riscos de mercado:

Taxa de juros; e

Taxa de câmbio.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil 31/03/2016	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	171.318	171.318	31.544	136.400	3.374	-	-
Contas a pagar	4	4	-	-	4	-	-
Partes relacionadas	10	10	10	-	-	-	-
Financiamentos	539.415	539.415	17.435	251.313	14.492	67.111	189.064

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo de reorganização e financiamento da Multiner S.A.

b. Risco de crédito

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

		Controladora		Consolidado	
	NOTA	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	6	-	-	1	1
Créditos com partes com partes relacionadas	18	328.544	321.912	328.544	321.912
Aplicações vinculadas	7	-	670	1	672
Total		<u>328.544</u>	<u>322.582</u>	<u>328.546</u>	<u>322.585</u>
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuo com partes relacionadas	18	<u>(192)</u>	<u>(68.665)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>(192)</u>	<u>(68.665)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamentos	15	<u>(5.812)</u>	<u>(5.522)</u>	<u>(461.315)</u>	<u>(429.929)</u>
Empréstimos e Financiamentos - Conversão Obrigatória	15	<u>(11.623)</u>	<u>(11.043)</u>	<u>(78.100)</u>	<u>(74.041)</u>
		<u>(17.435)</u>	<u>(16.565)</u>	<u>(539.415)</u>	<u>(503.970)</u>

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de março de 2016.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de março de 2016, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplic financeiras no mercado aberto	2	Queda CDI	-	-	-
Contratos de mútuo a receber	483.402	Queda CDI	70.327	52.745	35.163
Adiantamentos a fornecedores	40.702	Queda do Euro	16.362	2.096	(12.170)
Adiantamentos a fornecedores	632	Queda do Dolar	411	150	(110)

Instrumentos financeiros passivos:

Empréstimos e financiamentos	(539.415)	Alta IGPM	(114.043)	(129.743)	(145.443)
Fornecedores	(53.457)	Alta Euro	21.490	40.227	58.964
Fornecedores	(138)	Alta Dolar	90	147	204

		Impacto em resultado 31/03/2016		
		Valor Justo	25%	50%
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	5.739	5.762	5.785
	Multiner - Debêntures 2ª Emissão - Conv. Obrigatória	11.477	11.524	11.571
	RAESA - CCB 1ª Emissão	167.673	167.698	167.723
	RAESA - CCB 1ª Emissão - Conv. Obrigatória	63.715	63.727	63.738
	RAESA - CCB 2ª Emissão	268.123	288.428	310.567
		516.727	537.139	559.384
Pós Fixado		516.727	537.139	559.384
		516.727	537.139	559.384

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

d) Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Os valores demonstrados no item “a”, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

28 Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas	(42.840)	(13.592)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº de ações)	20.280.081	7.601.062
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

29 Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Leasing financeiro	198.156	200.978
Circulante	14.916	14.586
Não Circulante	<u>183.240</u>	<u>186.392</u>

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porém seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após conclusão de que o empreendimento será entregue à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. no final do contrato, foi definido que os registros realizados no imobilizado fossem reconhecidos na conta de Arrendamento Mercantil Financeiro à Receber.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Até 1 ano	14.916	14.586
Acima de 1 ano - até 5 anos	68.828	66.985
Mais de 5 anos	114.412	119.407
	<u>198.156</u>	<u>200.978</u>

Ricardo Nino Machado Pigatto
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Roseane de Albuquerque Santos
Diretora Jurídico, Regulatório e de Relação com Investidores

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
Gerente de Contabilidade
CRC – RJ 073528/O-0

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

MULTINER S/A

**RELATÓRIO ESPECIAL SOBRE A REVISÃO DAS
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)
EM 31 DE MARÇO DE 2016**

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S/A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser

identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

5. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

6. Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 253.415 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de março de 2016. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira da Companhia deverão sofrer um impacto relevante.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

7. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada

informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, _ de maio de 2016.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ